



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

19/09/2022

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



Auxílio-alimentação mantém natureza salarial após reforma trabalhista

A 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu que o auxílio-alimentação pago a uma servidora pública municipal de Santa Bárbara D'Oeste (SP) tem natureza salarial, mesmo após a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017). Os ministros acolheram recurso de revista da servidora e afastaram a limitação da integração salarial da parcela ao período anterior à vigência da lei.

A servidora ingressou na Justiça do Trabalho para pedir que o auxílio-alimentação fosse incorporado ao salário, a fim de repercutir em todas as verbas contratuais (como férias, 13º, FGTS, horas extras), desde sua contratação, em fevereiro de 2008. Para isso, sustentou que a parcela, paga com base em lei complementar municipal, constitui verba salarial, porque é creditada habitualmente por meio de cartão magnético, não gera descontos e representa um valor substancial em relação ao salário.

Em primeiro e segundo graus, a Justiça Trabalhista reconheceu a natureza salarial da parcela. Contudo, limitou os efeitos da decisão ao período anterior à vigência da Lei 13.467/2017. A reforma alterou o artigo 457 da CLT para prever que os valores pagos a título de auxílio-alimentação "não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário".

Assim, a não integração da parcela à remuneração somente se aplica aos contratos iniciados a partir da vigência da lei. Os ministros decidiram, por unanimidade, alterar a decisão do TRT, fixando precedente da 7ª Turma sobre a matéria. Com informações da assessoria de imprensa do TST. Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 19 de setembro.

PF descobre esquema e evita quase R\$ 500 milhões em fraudes do INSS

A operação para identificar os desvios também contou com a atuação do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e da Febraban (Federação Brasileira de Bancos). Setores de inteligência das instituições financeiras que fazem esses pagamentos verificaram indícios de irregularidades nas transferências.

De acordo com a PF, as supostas fraudes foram feitas por meio de acessos de senhas de 29 servidores do INSS. A principal suspeita é que os códigos tenham sido hackeados. Ainda segundo policiais que participam da ação, com o acesso ao sistema do órgão, criminosos conseguiram reativar benefícios e alterar dados de contas bancárias para que os pagamentos fossem feitos.

Investigadores contaram à Folha que, entre os indícios encontrados até o momento, foi possível identificar em uma grande quantidade de casos que titulares das contas dos bancos não eram os mesmos destinatários dos benefícios. Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 19 de setembro.

Fome bate de porta em porta no comércio paulistano

Quem é vendedor na avenida Comendador Sant'Anna, no bairro Jardim São José, no Capão Redondo (zona sul de São Paulo), não passa um dia sem ver pessoas pedindo comida, lanches, salgados, frutas ou verduras nas portas.

"Já vi até clientes pedirem por estarem com menos condições de comprar", diz Marcelo Dionisio, 42, gerente do Vitor Sacolões. O relato não é isolado: a situação foi confirmada por 13 comerciantes da via em pouco menos de 1 km.

A reportagem da Folha e da Agência Mural percorreu bairros da capital e da Grande São Paulo e viu pessoas que pediam dinheiro ou doações de alimentos em portas de comércio, outras que buscavam reaproveitar restos de alimentos que não foram vendidos na feira e moradores em situação de rua procurando comida em lixeiras.

Atualmente, 33,1 milhões de pessoas vivem em situação de insegurança alimentar grave, segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.

Os comerciantes da região afirmam que os pedidos por alimentos dobraram nos últimos meses. "Depois da pandemia, o número de barracas vendendo alimentos na rua caiu pela metade, mas o número de pessoas pedindo dobrou", diz Rogério Guedes, 45, dono de um ponto de venda de sanduíches na alameda Rio Claro, também na Bela Vista. "Os clientes ficam com pena." Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 17 de setembro.

Economia do Brasil cresceu bem abaixo da média global na pandemia

O Brasil ocupa a 32.^a posição num ranking de crescimento econômico de 50 países nos últimos três anos. Entre 2019 e 2021, o Produto Interno Brasileiro (PIB) cresceu 0,59% ao ano, ante média mundial de 1,54%, de acordo com cálculos do economista Sergio Gobetti, feitos a pedido do Estadão, a partir de dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Nesse período, que abarcou os anos da pandemia da covid-19, a economia dos EUA cresceu 1,45% ao ano; os países da Zona do Euro, 1,25%; e a Ásia, 2,17%. A China, epicentro da pandemia, cresceu 5,4% ao ano no último triênio. As comparações contrariam argumentos da atual equipe econômica, que tem ressaltado dados favoráveis sobre a economia brasileira em ano eleitoral.

A situação é ainda pior quando se analisa a média em dez anos (2012-2021): avanço de 0,33% ao ano, quinto pior desempenho entre 50 países, à frente apenas de Grécia, Ucrânia, Argentina e Itália. "Costumávamos falar que os anos 1980 haviam sido a década perdida pelo fato de a economia brasileira ter crescido menos de 2% ao ano, mas agora descobrimos que a verdadeira década perdida é a que estamos vivendo", diz Gobetti.

Mesmo que o PIB cresça perto dos 3% estimados pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, o ritmo será inferior ao do resto do mundo, segundo projeções do FMI, que estima expansão de 3,2% para a economia mundial em 2022. Oficialmente, o Ministério da Economia projeta alta de 2,7% neste ano.

Saiba mais em: A Tribuna, domingo 18 de setembro.

Bolsonaro encerrará mandato com Brasil mais endividado e fatura represada de gastos para 2023

O presidente Jair Bolsonaro (PL) encerrará seu mandato deixando como herança um país mais endividado do que encontrou ao assumir o cargo, em 1º de janeiro de 2019, e um estoque de despesas represadas que vai impulsionar ainda mais o indicador da dívida brasileira a partir de 2023.

Ao longo de sua gestão, o chefe do Executivo precisou abrir os cofres públicos para enfrentar a pandemia de Covid-19, uma crise sem precedentes que obrigou países a despejar dinheiro para socorrer famílias e dar sustentação à atividade econômica.

Mas a atual administração também abortou parte dos esforços que poderiam acelerar o processo de ajuste e ajudar na estabilização do quadro fiscal.

Sob o comando de Paulo Guedes, o Ministério da Economia manteve uma série de benefícios tributários e ampliou desonerações, medidas que drenam receitas do governo e acabam aumentando a necessidade de emitir dívidas.

Em julho deste ano, a dívida alcançou 77,6% do PIB. Ela deve encerrar 2022 em 78,6% do PIB.

A mesma trajetória é observada na dívida líquida do setor público, que desconta os ativos como reservas internacionais. O indicador estava em 52,8% do PIB no fim de 2018 e deve terminar o ano em 59% do PIB, segundo as estimativas de mercado.

Além de elevada, a dívida brasileira tem um custo não desprezível. Os juros nominais pagos por governo federal e Banco Central nos 12 meses até julho alcançaram 5,63% do PIB. É mais de quatro vezes o gasto com o Auxílio Brasil (1,2% do PIB).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 18 de setembro.

Valor da gasolina cai 8,08% em SP na 1ª quinzena de setembro, diz ValeCard

A cidade de São Paulo apresentou uma queda de 8,08% no valor médio da gasolina, indo a R\$ 4,996 pelo litro, nas primeiras duas semanas de setembro ante o registrado em agosto, que foi de R\$ 5,435.

É o que aponta o levantamento de preços da ValeCard, empresa especializada em soluções de gestão de frotas e meios de pagamento, com base em transações realizadas em postos de 1º a 12 de setembro.

Porém, houve variação considerável entre diferentes regiões do município de São Paulo, com até 62% de diferença de preço cobrado entre bairros da capital, com os valores oscilando entre R\$ 4,514 (Jardim Ângela) e R\$ 7,323 (Cidade Monções).

Saiba mais em: Rede Brasil Atual, sábado 17 de setembro.